

Sumário

Apresentação	xix
Prefácio	xxiii
Introdução	1

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS DOS DIREITOS MORAIS E SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA

Capítulo 1 – Conceito, Denominação, Natureza Jurídica e Características dos Direitos Morais	7
1.1. Conceito de direitos morais	8
1.2. Denominação: direitos morais, extrapatrimoniais ou pessoais	9
1.3. Natureza jurídica dos direitos morais.....	10
1.4. Características dos direitos morais	12
1.4.1. Inalienabilidade	12
1.4.2. Irrenunciabilidade.....	12
1.4.3. Intransmissibilidade inter vivos.....	13
1.4.4. Imprescritibilidade.....	14
1.4.5. Perpetuidade dos direitos morais à paternidade e à integridade ..	15
1.4.6. Impenhorabilidade.....	17
Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Autoral	19
2.1. A Antigüidade greco-romana	19
2.2. A Idade Média.....	22
2.3. A invenção de Gutenberg (1450) e a posterior censura sob a forma de privilégios	24
2.4. A primeira lei autoral: Ato da Rainha Ana (Inglaterra, 1710).....	29
2.5. A Revolução Francesa: abolição dos privilégios e surgimento da noção de “propriedade intelectual”	29
2.6. A construção jurisprudencial dos direitos morais: França, século XIX..	30
Capítulo 3 – Breve Histórico das Legislações Autorais Brasileiras	33
3.1. Lei Medeiros e Albuquerque, de 1898.....	34
3.2. Código Civil de 1916 (CC-16).....	34
3.3. Lei nº 5.988, de 1973 (LDA-73)	35
3.4. Lei nº 9.610, de 1998 (LDA-98)	35
Capítulo 4 – Reconhecimento dos Direitos Morais no Âmbito Internacional. ..	37
4.1. Reconhecimento do direito moral na revisão da Convenção de Berna (Roma, 1928)	37

4.2.	Reconhecimento do direito moral na Declaração Universal dos Direitos Humanos (França, 1948).....	38
4.3.	Exclusão dos direitos morais no Acordo TRIPS (1994)	39
Capítulo 5 – Natureza Jurídica do Direito Autoral		41
5.1.	Teoria do privilégio	41
5.2.	Teoria do direito real de propriedade	41
5.3.	Teoria do direito de personalidade	42
5.4.	Teoria dos direitos intelectuais	43
5.5.	Teoria do direito da coletividade.....	43
5.6.	Teoria do direito pessoal-patrimonial: adotada pela legislação brasileira	44
Capítulo 6 – Repersonalização do Direito Autoral		47
6.1.	Conceito, terminologia e fundamentos.....	47
6.2.	A visão patrimonialista do Direito Autoral e a proposta de repersonalização	48

SEGUNDA PARTE

OS DIREITOS MORAIS PREVISTOS NA LEI AUTORAL BRASILEIRA

Capítulo 7 – Direito à Paternidade da Obra		59
7.1.	Considerações iniciais.....	59
7.2.	Terminologia	59
7.3.	A paternidade nasce com a criação da obra e não com o registro	60
7.4.	O absurdo art. 667 do Código Civil de 1916	62
7.5.	A “co-autoria” de obras musicais	68
7.5.1.	Casos na história da Música Popular Brasileira	72
7.5.1.1.	Luiz Gonzaga tenta comprar canção de Patativa do Assaré	72
7.5.1.2.	O vendedor de sambas Nelson Cavaquinho	73
7.5.1.3.	O “compositor” de sambas Francisco Alves e os vendedores Ismael Silva, Nilton Bastos e Noel Rosa	74
7.5.1.4.	O samba “14 anos” de Paulinho da Viola	75
7.5.1.5.	A “parceria” frutífera de Dorival Caymmi e Carlinhos Guinle	76
7.6.	Orientador de monografia, dissertação ou tese acadêmica não é co-autor	76
7.7.	Direito ao nome não se confunde com direito moral à paternidade	77
7.7.1.	Revogação do art. 185 do Código Penal.....	80
7.7.2.	Direito ao nome em relação a projeto arquitetônico	81
7.8.	Conceito aberto (indeterminado) de plágio e alguns critérios utilizados para a sua identificação	85
7.8.1.	Não existe plágio de idéias	92

7.8.2. Os plágios equivocadamente atribuídos a Ari Barroso, Bruno Gouveia (Biquíni Cavado), Herbert Vianna, Tom Jobim e Zezé Di Camargo	97
7.8.3. O falsário que acusou, injustamente, o grupo mineiro Skank	104
7.8.4. O plágio de Roberto Carlos e Erasmo Carlos – “O careta”	105
7.8.5. O quase-plágio involuntário de Noel Rosa.....	105
7.8.6. O plágio de Rod Stewart em cima da obra “Taj Mahal”, de Jorge Ben Jor	106
7.8.7. O correto uso das paráfrases.....	107
7.9. Modalidades de identificação do autor: o uso de pseudônimos	109
7.10. Violação ao direito de anunciar a autoria: sanções previstas no art. 108 da LDA-98	111
7.11. A omissão das autorias pelas emissoras de rádio e TV.....	112
7.12. Omissão e erro na atribuição de autoria	122
7.12.1. A omissão da autoria de obras fotográficas e audiovisuais	124
7.12.2. A omissão dos nomes de intérpretes	126
7.13. A paternidade de canções folclóricas: o episódio Mané de Izaías	128
7.14. A paternidade de obras psicografadas: o caso da viúva de Humberto de Campos versus o médium Chico Xavier	132
7.15. A paternidade de obras feitas por “ghost-writer”	135
7.15.1. A proliferação da desonestidade intelectual na pesquisa acadêmica	137
Capítulo 8 – Direito ao Ineditismo da Obra	143
8.1. Considerações iniciais.....	143
8.2. Terminologia	145
8.3. Direito ao ineditismo: direito fundamental (CF, art. 5º, XXVII).....	147
8.4. O direito ao inédito antes da LDA-98	147
8.5. O significado da “autorização prévia e expressa do autor”	148
8.6. O que se entende por acesso da obra ao público	148
8.7. Prazo máximo de dois anos para edição de obra.....	148
8.7.1. O célebre caso de Anatole France versus Editora Lemerre.....	149
8.8. Direito ao inédito: ponto de partida para exercício dos direitos patrimoniais	149
8.9. O exercício do direito ao inédito após a morte do autor	150
8.9.1. O testamento de Franz Kafka	156
8.10. A divergência de co-autores no exercício do direito ao ineditismo	157
8.11. Cartas missivas em processos judiciais.....	158
8.12. Jurisprudência.....	158
8.12.1. Último capítulo da novela “Ti ti ti” publicado pela revista “Amiga”	158
8.12.2. Comercialização não autorizada de palestras	160
8.12.3. Três famosos julgados ocorridos na França	161
8.12.3.1. Whistler versus Eden.....	161

8.12.3.2. Charles Lecocq versus Sra. Cinquin	162
8.12.3.3. Camoin versus Carco	163
Capítulo 9 – Direito à Integridade da Obra.....	165
9.1. Considerações iniciais.....	165
9.2. Direito moral à integridade: breve histórico legal e conceito.....	166
9.3. O direito à integridade na Convenção de Berna.....	167
9.4. Prejuízo à obra ou agressão à “honra” ou à “reputação” do autor.....	168
9.5. Terminologia.....	169
9.6. Integridade de obras teatrais e musicais	170
9.7. Integridade de obras fotográficas.....	171
9.8. Integridade de obras audiovisuais	171
9.9. Integridade da edição gráfica de obras musicais.....	173
9.10. Integridade de obras de artes plásticas	174
9.10.1. O processo de Yara Tupinambá contra o Município de Belo Horizonte.....	176
9.10.2. O processo de Juarez Paraiso contra a Igreja Evangélica Renascer em Cristo	181
9.10.3. O processo de Carlos Bastos contra Lojas Insinuante Ltda.	184
9.10.4. O processo de María Waveluk contra a Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Moscou.....	187
9.10.5. A revolta de Diego Rivera contra Nelson Rockefeller.....	188
9.10.6. Carta de Frida Kahlo ao Presidente do México	189
9.11. O dever do Estado de proteção ao patrimônio histórico, cultural e artístico.....	190
9.12. Integridade de obras caídas em domínio público.....	191
9.13. Paródia: liberdade de expressão versus direito moral à integridade da obra.....	191
9.14. Direito à integridade dos intérpretes	192
Capítulo 10 – Direito à Modificação da Obra.....	195
10.1. Considerações iniciais.....	195
10.2. Direito moral de modificação: conceito e fundamentos.....	197
10.3. Modificação: alteração do conteúdo	198
10.4. Intransmissibilidade mortis causa do direito de modificação.....	200
10.5. Limites ao exercício do direito de modificar: direito adquirido e co-autoria	201
10.6. Versão definitiva de uma obra.....	203
Capítulo 11 – Direito ao Arrependimento da Obra	205
11.1. Considerações iniciais.....	205
11.2. Terminologia	209
11.3. A ligação do direito ao ineditismo com o direito ao arrependimento... ..	209
11.4. A mudança ocorrida na LDA-98: restrição ao exercício do direito ao arrependimento	210
11.4.1. Direito ao arrependimento em outros países.....	218

11.5. Significado da expressão “retirar de circulação a obra”	221
11.6. As prévias indenizações a terceiros	223
11.7. A reabilitação do preso e a proibição de anotação do motivo da despedida na Carteira de Trabalho do empregado	225
11.8. Ausência de “prazo de reflexão” para exercício do direito ao arrependimento	227
11.9. Exemplos de arrependimento de autores	227
11.9.1. Rosa Mystica, de Afrânio Peixoto: “Incorrigível. Só o fogo”	229
11.9.2. “O Manual Prático do Vampirismo”, de Paulo Coelho	231
11.9.3. “O Mundo da Paz”, de Jorge Amado	231
11.9.4. O “saravá” do Samba da Benção, de Baden Powell e Vinícius de Moraes	232
11.9.5. Tim Maia e o relançamento post mortem de seu renegado disco “Racional”	232
11.10. Arrependimento de intérpretes	234
11.10.1. Xuxa e o filme “Amor, estranho amor”	237
11.10.2. Durval Lelys e a canção “Osama, Osama Bin Laden”	240
11.10.3. Madonna e o videoclipe American Life	241
11.10.4. O primeiro disco de Roberto Carlos: “Louco por você”	241
Capítulo 12 – Direito ao Acesso a Exemplar Único e Raro de Obra em Poder de Terceiro	245
12.1. Considerações iniciais	245
12.2. Natureza jurídica: direito moral ou patrimonial?	245
12.3. Limitação ao direito de propriedade	247
12.4. Requisitos	248
12.5. Finalidades	250
12.5.1. Possibilidade de o autor divulgar e comercializar a sua obra ...	250
12.5.2. Preservação da memória do autor: o exemplo de Candido Portinari	251
12.5.3. Ajuda na fiscalização das vendas	252
12.5.4. Prevenção contra futuras falsificações	253
12.6. Significado da expressão “maneira menos inconveniente possível” ..	254
12.7. “Ter acesso”: possibilidade de deslocamento da obra?	254
12.8. Intransmissibilidade: prejudicial aos interesses dos sucessores e da coletividade de acesso a bens culturais	255
Conclusões	257
Referências Bibliográficas	265
Apêndice – Quadro Comparativo	273
Posfácio	275